

## **LINGUÍSTICA HISTÓRICA: UMA ENTREVISTA COM DANTE LUCCHESI**

Dante Lucchesi<sup>1</sup>

**REVEL – Dante, como a Linguística Histórica começou a se desenvolver no Brasil? Quais foram as principais preocupações que guiaram os estudos pioneiros no país?**

**DANTE** – A Linguística tinha um caráter eminentemente histórico em suas origens, no século XIX. Muitos dos pioneiros da Filologia e da pesquisa linguística no Brasil, como Said Ali, Theodore Maurer Jr. e Serafim da Silva Neto, produziram importantes trabalhos dentro dessa abordagem histórica da língua. Porém, a revolução saussuriana, ocorrida nas primeiras décadas do século XX, vai mudar a ênfase da pesquisa linguística, da abordagem histórica para a abordagem sincrônica das línguas em seu estado atual, com um predomínio da observação da oralidade sobre a escrita. A atuação do Círculo Linguístico de Praga foi decisiva para que a revolução saussuriana se consumasse, instaurando o Estruturalismo na Linguística, um modelo que teve uma grande importância no século XX, estendendo-se a praticamente todas as ciências sociais.

Apesar da ênfase na abordagem sincrônica, estruturalistas, como Roman Jakobson e André Martinet, desenvolveram uma teoria estrutural para a mudança linguística, na qual as mudanças eram regidas pela lógica interna do sistema linguístico. Essa visão que encerrava as mudanças na estrutura interna da língua vai orientar as reflexões pioneiras sobre a história da língua portuguesa no Brasil.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense – UFF. Bolsista de Produtividade em Pesquisa, Nível 1C, do CNPq.

Uma das maiores estudiosas da história da língua portuguesa, Rosa Virgínia Mattos e Silva, fez, entre as décadas de 1970 e 1960, uma monumental análise da gramática do português arcaico, usando a abordagem estrutural. Esta análise foi publicada, com o título *Estruturas Trecentistas*, em Lisboa, pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda, em 1989, apesar de saudosa Rosa Virgínia ser baiana e professora da UFBA. Nesta universidade, ela criou o PROHPOR (Programa para a História da Língua Portuguesa), em 1991, que conjugava duas frentes de pesquisa, o estudo do português arcaico, por um lado, e a história da língua portuguesa no Brasil, por outro. O primeiro trabalho coletivo desse grupo foi uma análise de aspectos da morfossintaxe da linguagem da Carta de Pero Vaz de Caminha, publicada pela Editora da UFBA, em 1996, com o título *A Carta de Caminha – Testemunho Linguístico de 1500*. Essas análises já se orientavam por novas formulações teóricas sobre a mudança linguística de gerativistas e sociolinguistas, como David Lightfoot, Anthony Kroch e Suzanne Romaine. Um outro autor que influenciou as discussões travadas no PROHPOR, e a minha própria reflexão sobre a mudança linguística, foi Roger Lass, com seu livro *On Explaining Language Change*, publicado pela Cambridge University Press, em 1980, no qual ele faz uma profunda reflexão sobre o que seja explicar um fenômeno cientificamente e o quão complicado é falar em causas quando se está analisando fenômenos históricos, como as mudanças linguísticas. Essa reflexão é importante porque muitas vezes falta aos linguistas uma maior consciência epistemológica.

A conjugação entre a teoria gerativista dos princípios e parâmetros e a metodologia de quantificação de dados da Sociolinguística também orientou um programa pioneiro de pesquisa sobre a história da língua no Brasil, criado e desenvolvido entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990, pelo saudoso Fernando Tarallo e pela querida Mary Kato. Essa proposta, denominada Sociolinguística Paramétrica, sofreu muitas críticas, em função de um suposto ecletismo teórico, e seu desenvolvimento posterior foi prejudicado pela morte precoce de Fernando Tarallo. Não obstante, esse programa formou pesquisadores importantes, como Maria Eugênia Duarte e Sonia Cyrino. Um volume significativo de estudos foi publicado pela Editora da Unicamp, em 1993, com o título *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*, organizado por Mary Kato e Ian Roberts, que substituiu Fernando Tarallo na parceria com Mary Kato e deu uma importante contribuição para o desenvolvimento da Linguística Histórica no Brasil. Professor da Cambridge

University, Ian Roberts desenvolveu uma importante reflexão sobre a mudança linguística no âmbito do Gerativismo, com destaque para a publicação do seu livro *Diachronic Syntax*, publicado pela Oxford University Press, em 2007.

Um outro trabalho importante desenvolvido na Unicamp, dentro da Linguística Histórica, é o trabalho da querida Charllotte Galves. Além de desenvolver uma importante reflexão sobre mudanças que aconteceram no português brasileiro, com uma fundamentação teórica gerativista, ela também desenvolveu um significativo trabalho de constituição de um corpus diacrônico do português, com notação sintática, chamado *Tycho Brahe*.

Todo esse movimento em direção à Linguística Histórica no Brasil culminou com a criação, em 1997, do Projeto *Para História do Português Brasileiro* (PHPB), por Ataliba Castilho, que eu reputo ser o maior articulador da pesquisa linguística no Brasil. É um projeto enorme que congrega dezenas de pesquisadores de todo o Brasil e, além de constituir importantes corpora diacrônicos para as análises empíricas, tem gerado reflexões muito profícuas sobre a história do português no Brasil. Esses numerosos estudos estão sendo publicados atualmente pela Editora Contexto, na coleção *História do Português Brasileiro*.

Portanto, apesar da Linguística ter uma orientação predominante sincrônica quando foi introduzida nos cursos de Letras no Brasil na década de 1960, a pesquisa no campo da Linguística Histórica teve um grande desenvolvimento a partir, sobretudo, do final da década de 1980. Esse desenvolvimento se beneficiou muito dos desenvolvimentos teóricos da Linguística no mundo, sob diversas orientações teóricas, gerativista, funcionalista e sociolinguística, entre outras, como a corrente cognitivista.

**REVEL – E sobre o português brasileiro em específico, o que tem sido descoberto sobre suas origens e sobre as muitas línguas que o influenciaram (e ainda hoje o influenciam)?**

**DANTE** – A realidade linguística brasileira é profundamente dividida, tendo em um extremo, a linguagem da elite letrada; e do outro lado, a linguagem dos segmentos sociais mais marginalizados. Essa clivagem linguística reflete o apartheid social que caracteriza a sociedade brasileira como uma das mais injustas e cruéis do mundo. E infelizmente essa estrutura social injusta e desigual só tem se profundado desde o golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016, que levou à eleição, em 2018, de um governo antinacional, antipopular e profundamente retrógrado, a ponto de ter a ciência e a universidade como dois de seus grandes inimigos.

Quanto à divisão linguística do Brasil, ela se baseia, tanto na diferença entre o comportamento linguístico das classes dominantes e das classes populares, quanto em marcadores ideológicos, que se traduzem no preconceito linguístico que se abate sobre as formas mais típicas da linguagem popular. Essa visão está contida no livro *Língua e Sociedade Partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*, que escrevi e publiquei pela Contexto, em 2015, e com o qual fui contemplado com o Prêmio Jabuti.

Por outro lado, a atual polarização sociolinguística do Brasil é o resultado histórico de uma clivagem etnolinguística que marca a sociedade brasileira, desde o início da colonização portuguesa, nas primeiras décadas do século XVI. No período colonial e do Império, só um terço da população brasileira era composto por falantes nativos do português filhos de falantes nativos dessa língua, ou seja, os colonizadores portugueses e seus filhos legítimos. Os outros dois terços eram compostos por índios aculturados, africanos escravizados e seus descendentes. Os índios e africanos eram obrigados a adquirir a língua portuguesa, mas muitas vezes o faziam de uma forma muito limitada. As crianças que nasciam nessas condições, tanto nos aldeamentos indígenas, quanto nas senzalas, não adquiriam as línguas dos seus ancestrais, mas a portuguesa, porém, tinham como modelo muitas vezes as variedades defectivas de português falado como segunda língua pelos adultos com que conviviam.

Há muitas semelhanças entre as sociedades de plantação do Caribe dos séculos XVII e XVIII e a sociedade do Brasil colonial, principalmente no Nordeste açucareiro. Porém, enquanto nesse período dezenas de línguas crioulas se formaram no Caribe, tornando essa região aquela que mais concentra esse tipo de língua no mundo, não houve um processo duradouro e representativo de criouliização do português no Brasil. Explicar por que não houve criouliização no Brasil é uma questão central para a Linguística Histórica. Eu tenho buscado contribuir para a sua resposta, em vários textos que publiquei, inclusive em um artigo que será publicado este ano, pela Revista Gragoatá, da UFF.

Mas, independentemente de não ter havido criouliização no Brasil, é evidente que as variedades de português faladas pelas classes mais baixas da sociedade brasileira foram fortemente afetadas pelo contato maciço com as línguas indígenas e africanas, em sua formação histórica; até porque essas classes são formadas majoritariamente por índio e afrodescendentes. Isso era muito visível até o início do século XX, tanto que filólogos e estudiosos do final do século XIX, como João Ribeiro e Nina Rodrigues, chamavam a atenção para as profundas influências das línguas africanas na linguagem popular brasileira. E dois trabalhos pioneiros, de autoria de Renato Mendonça e Jacques Raimundo, publicados na forma de livro, no mesmo ano de 1933, dedicaram-se a escrutinar os reflexos das línguas africanas no português do Brasil. Apesar do seu mérito, faltou-lhes uma fundamentação teórica mais consistente, tanto na Linguística, quanto na Crioulística, ramo da Linguística que se dedica ao estudos das línguas pidgins e crioulas e que só viria a lograr um desenvolvimento mais consistente, a partir da década de 1960.

Porém, entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, cerca de três milhões de trabalhadores europeus e asiáticos migraram para o Brasil, e foram para o campo, aprendendo o português muitas vezes com escravos ou ex-escravos africanos. Isso contribuiu para atenuar o caráter étnico da polarização sociolinguística do Brasil. E a própria polarização sociolinguística se atenuou ao longo do século XX, com o grande êxodo rural, a ampliação da rede pública de ensino e a vertiginosa influência dos meios de comunicação de massa, fatores que impulsionam mudanças nas quais as antigas formas gestadas pelo contato entre línguas no passado estão sendo substituídas pelas variantes de prestígio nos grandes

centros urbanos, como procuro descrever e analisar em meu livro *Língua e Sociedade Partidas*.

Mas foram razões de natureza ideológica e sobretudo teóricas que ergueram uma espessa barreira à consideração do papel do contato na história linguística do Brasil. Como disse na resposta anterior, as ideias de Saussure e os princípios estruturalistas tinham uma grande influência entre os linguistas e filólogos do Brasil, em meados do século XX. Assim, o grande Serafim da Silva Neto, que escreveu um importante ensaio sobre o tema, publicado no livro *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, em 1951, apesar de falar até na existência de um semicrioulo e de traçar vários paralelos entre as características da linguagem popular brasileira e as línguas crioulas, recorre ao conceito de *efeito de gatilho*, do grande linguista norte-americano Uriel Weinreich, autor do clássico *Languages in Contact*, para defender que a influência das línguas indígenas e africanas teriam se restringido apenas a acelerar tendências já previstas na deriva secular da língua portuguesa, desde suas origens latinas, adotando o conceito de deriva (*drift*), formulado pelo linguista norte-americano Edward Sapir, no início do século XX. Ou seja, para se ajustar ao axioma estruturalista de que as mudanças eram regidas pela lógica interna do sistema linguístico, Silva Neto entrava em contradição com os fatos que ele próprio apresentava e reconhecia. Essa contradição foi criticada pelo hispanista Israel Revah, em um artigo publicado na revista *Romania*, em 1963. Mattoso Câmara Jr., grande mestre do Estruturalismo no Brasil, repete quase *ipsis litteris* a posição de Silva Neto, sem se deter sobre o tema.

A ideologia da época também contribuiu para relegar ao segundo plano a influência das línguas indígenas e africanas. Tal é o caso de Serafim da Silva Neto e do filólogo Sílvio Elia, que proclamavam abertamente a superioridade cultural e linguística do colonizador europeu sobre os que eles chamavam “aloglotas”. Nessa perspectiva, reconhecer ou legitimar influências indígenas e africanas significava admitir a corrupção da língua portuguesa no Brasil.

Mas se essas barreiras ideológicas não se mantiveram entre os linguistas que vieram a tratar da questão posteriormente, as barreiras teóricas resistiram bastante.

A questão do contato voltou à agenda da linguística brasileira com a publicação, em 1981, da tese do sociolinguista norte-americano Gregory Guy, que teve orientação de Anthony Naro e usou um *corpus* de português constituído na UFRJ. Nessa tese, Guy defendia que o português popular derivava de um crioulo português formado no Brasil entre os séculos XVI e XVII e que entrou em um rápido processo de descrioulização a partir do século XVIII. Também na década de 1980, o crioulista John Holm, recentemente falecido, defendia as origens crioulas do português popular do Brasil, que ele definia como um *semicrioulo*. Essas posições acompanhavam os avanços teóricos da Linguística, sobretudo a partir dos anos 60, com a Sociolinguística, que afirmou a importância crucial de considerar os chamados fatores externos, ou seja, sociais, na explicação da mudança linguística. E também da Crioulística, que também ganhava corpo a partir dos anos 60.

Porém, a força do modelo imanentista, que encerra todo funcionamento da língua em sua estrutura interna, é tão grande que é quase o caldo de cultura da Linguística moderna. Nessa linha, Fernando Tarallo, com sua elegância, contrapôs-se sutilmente à hipótese de Guy, com base no argumento de que o português brasileiro (PB) estaria se afastando do português europeu (PE), e não se aproximando dele, como seria previsto no processo de descrioulização proposto por Guy. Esse texto do Tarallo tem muitos problemas e fragilidades, mas eu vou me deter um pouco sobre ele, para ilustrar, sobretudo para os jovens linguistas como a teoria linguística pode se desenvolver no debate franco entre posições contrárias, pois esse texto do Tarallo teve uma importância crucial para que eu desenvolvesse a ideia da polarização sociolinguística do Brasil. Foi lendo esse texto, refletindo sobre ele, identificando os seus problemas que eu comecei a esboçar minha visão da realidade sociolinguística do Brasil. Vou tentar reproduzir o raciocínio aqui.

O que eu identifiquei como o *proton pseudos* da argumentação de Tarallo é que ele se refere ao PB como uma entidade única. Aliás esse é um problema da maioria das pessoas que se dedicam à “história do português brasileiro”. Praticamente todas essas análises que focalizam mudanças que aconteceram entre os séculos XVII e XX baseiam-se em testemunhos históricos produzidos pela elite letrada do Brasil, ou seja, essa é a história de apenas um terço da população, composto por falantes nativos do português como expliquei antes. Portanto, essas análises ignoram a

história linguística de 2/3 da população brasileira, composta por índios, africanos e seus descendentes. Isso é muito grave, em termos científicos, éticos e ideológicos. Não estou dizendo obviamente que não se possa fazer esse tipo de análise, mas é preciso que se tenha o rigor de, em algum momento, deixar bem claro qual é o universo de observação, e fazer a ressalva de que a história do restante da população brasileira pode e foi muito diferente, como se pode comprovar até hoje, como faço com o algoritmo da polarização sociolinguística do Brasil, que infelizmente não é muito bem compreendido por muitos colegas, inclusive sociolinguistas.

Pois bem, quando Tarallo falava que o PB em sua história estava se afastando do PE, o que estava acontecendo de fato era que a norma culta brasileira estava se afastando do PE, que infelizmente ainda fornece a base para nossas gramáticas normativas – isso significa dizer que o fosso entre a norma culta e norma padrão no Brasil tem-se aprofundado desde meados do século XX. Portanto, é a linguagem de nossa elite letrada que historicamente está se afastando dos modelos lusitanos, que tinham uma grande força até os princípios do século XX. Assim, o que Tarallo apresentava como uma prova irrefutável contra a hipótese da descrioulização não tinha o menor valor. Se ele quisesse apresentar evidências contra a hipótese da descrioulização, ele deveria trazer dados do português popular, e não da norma culta. E as análises sociolinguísticas têm demonstrado consistentemente uma aproximação da linguagem popular em direção aos modelos da norma culta, o que pode ser definido como um processo de descrioulização, no sentido mais amplo do termo.

A descrioulização acontece porque as línguas crioulas convivem com suas línguas lexificadoras. Na Jamaica, por exemplo, o jamaicano convive com inglês. Em Cabo Verde, o cabo-verdiano convive com o português. Como essas línguas europeias têm mais prestígio e são hegemônicas na escolarização, sua morfologia acaba percolando para o crioulo. Assim, ao lado da forma crioula típica *um fiju fêmia*, já se ouve em Cabo Verde a forma descrioulizada *uã fija*. O tipo de mudança que acontece hoje no português popular brasileiro pode ser definido como *descrioulizante*, no sentido mais amplo do termo. É claro que não faz o menor sentido falar em mudanças em direção ao PE, porque nem a maioria da elite letrada brasileira tem acesso ao português de além-mar. Mas, apesar de todos os problemas que apresenta, o texto de Tarallo foi o móvel de minha formulação da polarização linguística do Brasil. A partir da



constatação de que a linguagem popular e a língua da elite letrada exibiam padrões diferentes de mudança linguística, era preciso formalizar um modelo teórico que desse conta disso. As primeiras ideias nessa direção apareceram em um artigo publicado em Lisboa, em 1994, na *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, editada na época pela querida e operosa Maria Helena Mira Mateus. Muitos artigos depois, uma versão mais definitiva do modelo veio a luz no livro *Língua e Sociedade Partidas*.

Mas o fato mais inusitado na polêmica sobre o que se chamou na época “origens crioulas do português brasileiro” e que dará um capítulo saboroso em uma história da pesquisa linguística no Brasil é que a reação mais forte à chamada *hipótese crioula* veio de onde menos se esperava, de dois dos nossos maiores sociolinguistas, Anthony Naro e Marta Scherre.

Surpreendentemente, Naro e Scherre, primeiramente em um artigo publicado na revista DELTA, em 1993, e depois em um livro publicado pela Parábola, em 2007, intitulado *Origens do Português Brasileiro*, refutaram a hipótese do contato, alegando que a grande variação no uso das regras de concordância verbal e nominal do português popular brasileiro tinha sua origem em mudanças embutidas na deriva da língua desde a passagem do latim ao português. Abandonando os princípios da Sociolinguística, promovem um retorno às origens do Estruturalismo, retomando o conceito de deriva da Sapir e praticamente repetindo a posição de Serafim da Silva Neto. Apesar de usarem a expressão “confluência de motivos”, Naro e Scherre adotam uma posição imanentista ainda mais radical, pois definem a hipótese da influência do contato como uma “excrecência teórica”, totalmente dispensável, já que os germes de todas as alegadas mudanças crioulas já teriam vindo embutidas na língua de Portugal.

Com a grande autoridade desses dois linguistas (Naro foi o introdutor do modelo da Sociolinguística laboviana no Brasil) e a força da tradição imanentista, tornou-se quase um anátema falar em contato na formação do português brasileiro, na década de 1990. Outro problema, foi a oposição simplista e reducionista entre a deriva e a crioulação, o que levou à falsa equação, ou teria havido crioulação, ou todas as mudanças eram fruto do desenvolvimento interno da língua. Não havia meio termo.

Portanto, foi preciso muita pesquisa empírica e muita reflexão teórica, para alterar profundamente esse quadro e colocar a questão do contato entre línguas como uma das principais questões da agenda da pesquisa em Linguística Histórica no Brasil. E podemos dizer, sem falsa modéstia, que o Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia teve uma importância decisiva em todo esse processo.

**REVEL – Dante, conte-nos um pouco sobre o livro *Português Afro-Brasileiro* (EDUFBA, 2009), que foi importante para dar visibilidade ao projeto Vertentes, e sobre o próprio projeto.**

**DANTE –** Vou-me permitir responder esta pergunta de uma forma mais biográfica. Pode-se dizer que o Projeto Vertentes começou em um curso de Crioulística que o Alan Baxter ministrou no Mestrado em Linguística Portuguesa Histórica, da Universidade de Lisboa, no ano de 1989. Eu era aluno desse mestrado e fiz o curso, no qual o Alan apresentou a hipótese da crioulização do PB, com base no texto do John Holm. Eu tinha feito minha graduação em Letras, em um dos centros mais ortodoxos do Estruturalismo linguístico no Brasil, a UFBA, com o grupo criado e liderado por Nelson Rossi, um dos maiores pioneiros da pesquisa Linguística no Brasil. Ele elaborou, com sua equipe, o primeiro atlas linguístico do país, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, publicado em 1963, pela Fundação Casa de Rui Barbosa, foi o introdutor no Brasil do grande Projeto NURC, o Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta, e um dos criadores da Associação Brasileira de Linguística, a ABRALIN (sigla que ele mesmo criou). Além de grande pesquisador, Nelson Rossi era um grande mestre, formando um grupo de pesquisadoras da mais alta qualificação e que desempenhariam um papel muito importante no desenvolvimento da pesquisa linguística no Brasil, nas últimas décadas, como Dinah Callou, Carlota Ferreira, Judith Freitas, Suzana Cardoso, Jacyra Mota, Rosa Virgínia Mattos e Silva e Vera Rollemberg. Vera Rollemberg, que foi uma das mais brilhantes, rigorosas e perfeccionistas aplicadoras do método estrutural à análise sincrônica e diacrônica da língua portuguesa, foi, para minha honra e privilégio, minha professora na maioria das disciplinas de Língua Portuguesa. E Jacyra Mota foi orientadora de minha pesquisa de Iniciação Científica na graduação, pois eu fui o primeiro bolsista de IC de Letras da UFBA.

Com toda essa formação, quando cursei a disciplina do Alan, meu pensamento era essencialmente estruturalista. Então eu defendi a hipótese da deriva linguística e ataquei umas fragilidades na argumentação histórica do Holm, nos debates que travamos em aula. No trabalho final dessa disciplina, eu fiz uma análise do sistema de artigos nos crioulos de Cabo Verde e São Tomé, reunindo dados que contrariavam a hipótese do *Bioprograma da Aquisição da Linguagem*, de Derek Bickerton, que dominava a pesquisa da Crioulística na época. O Alan gostou muito do trabalho e sugeriu que eu o publicasse no *Journal of Pidgin and Creole Languages*. Assim, em 1993, sendo apenas mestre, consegui publicar um artigo na mais importante revista da Crioulística no mundo.

No ano de 1992, Alan conseguiu um financiamento do *Australian Research Council*, para pesquisar vestígios de dialetos crioulos em comunidades rurais afro-brasileiras. Esse fato nos revela como um país desenvolvido se permite financiar pesquisas científicas que não tenham um impacto imediato para a sua própria estrutura socioeconômica. Então, o Alan veio para o Brasil e me convidou para ser seu assistente nas pesquisas de campo. O objetivo era gravar falantes mais velhos de comunidades rurais afro-brasileiras isoladas (de preferência as que tinham se formado como antigos quilombos), para tentar identificar variedades mais alteradas do português rural que indicassem um passado mais crioulizante, como havia sido descoberto acidentalmente em Helvécia, no extremo sul do Estado da Bahia, em 1963, por Carlota Ferreira, quando ela trabalhava na equipe do *Atlas Prévio dos Falares Baianos*.

Eu ainda não estava convencido da hipótese crioula por conta da minha forte formação estruturalista, mas não podia deixar de aceitar uma proposta de trabalho tão interessante, e participar das buscas por evidências empíricas que poderiam dirimir a questão. Estivemos em mais de uma dezena de comunidades formadas por descendentes diretos de africanos, procurando chegar sempre nas mais isoladas, e não conseguimos encontrar nenhuma comunidade que apresentasse uma fala cujas características apontasse para uma história claramente crioula. Mesmo em Helvécia, não encontramos mais falantes de uma variedade que apontasse para um antecedente claramente crioulo, como Carlota Ferreira afirma ter encontrado, em 1963, com um

casal de idosos, dos quais ela transcreveu algumas frases, pois a pesquisa de campo do Atlas Prévio não dispunha de gravador. Era na base da transcrição fonética da fala do entrevistado.

Portanto, era preciso desenvolver uma teoria para dar conta dos efeitos do contato entre línguas nas variedades populares do PB, sem contar com a criouliização prévia. A criouliização tem suas origens quando um grande número de falantes adultos (na maioria dos casos históricos, escravos africanos) é obrigado a adquirir a língua de um grupo minoritário que os domina (na maioria dos casos históricos, colonizadores europeus). Ocorre que esses falantes do grupo dominando aprendem a língua do grupo dominante, de forma bem restrita; muitas vezes, o falante adquire um reduzido vocabulário, com o qual constrói frases desprovidas de qualquer marca gramatical (é o que se chama na teoria de *jargão* ou *pré-pidgin*). Como muitas vezes os escravos africanos falavam línguas ininteligíveis entre si, eles tinham que usar o jargão ou o pré-pidgin entre eles. Sem o acesso aos modelos da língua dominante, e sem a intenção de falar como um branco, os escravos regramaticalizavam o jargão, com base no repertório gramatical de suas línguas nativas, dando origem a uma língua pidgin, que não é a língua materna da maioria dos seus falantes. Quando as crianças que nasciam na situação de escravidão iam adquirindo esse pidgin, ou mesmo, o pré-pidgin, como língua materna, a língua crioula se formava, nesse processo de nativização do pidgin, ou pré-pidgin.

Portanto, a criouliização implica uma violenta redução gramatical da língua dominante e uma profunda regramaticalização da língua que se forma na situação de contato, a língua crioula, que é uma língua qualitativamente distinta da língua europeia, da qual recebeu a grande maioria do seu vocabulário. As pesquisas que desenvolvemos no âmbito do Projeto Vertentes têm mostrado que o nível de segregação dos africanos e dos seus filhos nascidos no Brasil (que eram chamados *crioulos*) não era tão grande quanto foi no Caribe. Com isso, principalmente os crioulos podiam adquirir uma variedade de língua portuguesa e não uma variedade linguística profundamente alterada, como no caso da criouliização. Mas é óbvio que não havia uma transmissão linguística, digamos, “normal”, quando as crianças aprendem sua língua materna, ouvindo a língua materna dos adultos que os cercam. Os descendentes dos índios aculturados e dos africanos escravizados, muitas vezes,

adquiriam sua língua materna a partir de variedades de português faladas como segunda língua pelos adultos com quem conviviam. Mesmo que não tenha havido uma redução tão radical quanto a que ocorre na criouliização, uma forte simplificação morfológica é inexorável nessas situações. Isso pode explicar uma série de fenômenos que caracterizam as variedades populares do PB na atualidade, tais como: a ampla variação na aplicação das regras de concordância nominal e verbal, o emprego de pronomes sem flexão de caso (como em “*eu vi tu na feira ontem*”), o reduzido uso do pronome reflexivo (“*eu machuquei no trabalho ontem*”), entre outros.

Para desenvolver essa visão, foi preciso atuar em três grandes frentes: uma pesquisa histórica para definir as condições sociolinguísticas do Brasil, no período da Colônia e do Império; um trabalho de reflexão teórica para desenvolver uma teoria geral sobre como as situações de contato entre línguas afetavam a estrutura gramatical, não se restringindo às situações de pidginização/criouliização; e uma frente de pesquisa empírica para analisar a fala das comunidades que potencialmente teriam sido as que mais teriam sido afetadas pelo contato entre língua no Brasil.

Nesse sentido, a pesquisa de campo junto às comunidades rurais afro-brasileiras isoladas foi fundamental. Formadas por descendentes diretos de escravos africanos, algumas oriundas de antigos quilombos, e mantidas em relativo isolamento por muito tempo, essas comunidades são como “verdadeiros sítios arqueológicos da história sociolinguística do Brasil”, como as defini no livro *O Português Afro-Brasileiro*. Nelas, nós pudemos identificar os reflexos mais notáveis de mudanças induzidas pelo contato entre línguas, com estruturas que muitas vezes não são encontradas em outras variedades do português popular, como a variação na concordância nominal de gênero (“às vezes, *duece um pessoa, num tem um ambulança*”) e a variação na concordância verbal junto à primeira pessoa do singular, como em “*eu trabalhô muito no roça*”.

Além disso, isolamos fenômenos que têm uma forte relação com o contato entre línguas, podendo até ser o resultado de transferência do substrato africano, como a alternância dativa (“*dei os meninos o remédio*”, ao invés de “*dei o remédio pros meninos*”), e uso do advérbio *mais* como partícula comitativa, como em “*ele trabalha mais eu*”, ou “*eu mais João decidimo casá*”.

Para além da identificação desses fenômenos, a análise sociolinguística em tempo aparente das mudanças linguísticas em curso nessas comunidades também forneceu evidências empíricas decisivas para apoiar a hipótese do contato e refutar a hipótese da deriva. Na grande maioria dos fenômenos analisados, eram os mais velhos que usavam mais as formas oriundas do contato, como a falta de concordância verbal e nominal, enquanto os mais jovens usavam mais as formas do padrão urbano. Ou seja, o diagnóstico das variáveis sociais apontou, quase sempre, para uma mudança em progresso no sentido da substituição da antiga forma produzida pelo contato pela forma proveniente da linguagem hegemônica nas grandes cidades, em um processo de *nivelamento linguístico*, previsto em minha equação da polarização sociolinguística do Brasil.

A hipótese da deriva secular implica uma perda gradual das marcas morfológicas, mas a grande maioria das análises conduzidas no Projeto Vertentes, bem como outras análises sociolinguísticas do português popular, têm encontrado um cenário de mudança no sentido contrário, do incremento das marcas morfológicas. De acordo com os procedimentos normais de verificação empírica, a hipótese da deriva deve ser refutada diante desses resultados.

Há outro aspecto biográfico interessante nesse caso. Na pesquisa de campo da Crioulística, normalmente são entrevistados os falantes mais velhos da comunidade, pois são eles que falam o “crioulo fundo”. Assim, a orientação inicial do Alan quando começamos a gravar nas comunidades afro-brasileiras era essa. Porém, quando estávamos fazendo as gravações nos Arraiais de Rio de Contas, na Região da Chapada Diamantina, no interior da Bahia, que foi a nossa primeira grande amostra linguística, eu tive a ideia de fazer uma amostra estratificada por faixa etária e por sexo, para possibilitar a análise sociolinguística em tempo aparente. Eu falei com o Alan, ele concordou, e nós fizemos assim, tanto em Rio de Contas, em 1992, quanto em Helvécia, em 1994. Ou seja, foi uma decisão tomada no calor da pesquisa de campo, que acabou sendo decisiva para o desenvolvimento de todo o Projeto.

Outro aspecto que eu quero destacar aqui foi esse processo da minha conversão à hipótese do contato, ela aconteceu no bojo da pesquisa de campo, na pesquisa

historiográfica e na reflexão teórica. Eu acho muito relevante registrar isso, porque mostra a importância de não se ter uma atitude dogmática na pesquisa científica. Foi essa abertura que me permitiu, na prática, assumir uma perspectiva teórica mais adequada e que se ajustava melhor aos fatos.

O financiamento do Projeto Vestígios acabou em 1995, assim como a pesquisa de campo. Eu havia concluído meu mestrado em Linguística Portuguesa Histórica, na Universidade de Lisboa, 1993, com a dissertação que se transformou no livro *Sistema, Mudança e Linguagem*, publicado pela Parábola, em 2004. Então decidi fazer meu doutorado na UFRJ, analisando a variação na concordância de gênero, usando a amostra de fala que havíamos recolhido em Helvécia, em 1994. E escolhi como meu orientador, o Professor Anthony Naro, Professor Titular de Linguística da UFRJ.

Trata-se de um caso único, ou ao menos muito raro, na história da academia, pois eu escolhi como orientador o principal defensor da hipótese contrária à que eu defenderia em minha tese.

Algumas pessoas podem ver aí uma atitude arrogante, mas eu faço questão de destacar o idealismo que me moveu nessa decisão, sobretudo uma profissão de fé no debate franco e intelectualmente honesto entre posições contrárias no fazer científico. E não poderia destacar também a generosidade e desprendimento do meu orientador, em aceitar uma proposta até temerária como essa. Na verdade, o que aconteceu foi o encontro muito feliz entre dois homens de ciência, que colocam o debate de ideias, acima das relações, interesses e vaidades pessoais, o que infelizmente é raro em nosso meio.

Escolhi o Naro por dois motivos. Em primeiro lugar, porque queria aprimorar meus conhecimentos na utilização de modelos matemáticos na análise de dados sociolinguísticos, e o Naro era e ainda é, senão a maior, uma das maiores autoridades do país na matéria. O segundo motivo foi, de fato, ele defender a hipótese contrária à minha. Eu honestamente pensei assim: ele é a melhor pessoa para me orientar, pois, ao pensar na direção contrária, estará na melhor posição para identificar as falhas na

minha argumentação. Com isso, eu poderia desenvolver e aprimorar ao máximo minha linha de raciocínio.

Evidentemente, eu tinha muita segurança e convicção no que estava fazendo. Inclusive, a escolha do fenômeno não foi gratuita. No latim uma oposição como *lupus:lupa* ficava diluída em toda flexão de caso das cinco declinações nominais. Porém, na passagem para as línguas românicas, a oposição *lobo:loba* ganha proeminência, consubstanciando a flexão de gênero, que desde os primórdios da língua só vem aumentando seu rendimento funcional – palavras que no português arcaico não se flexionavam em gênero, como *senhor* e *espanhol*, por exemplo, passaram a ter a forma de feminino: *senhora* e *espanhola*. Mais recentemente tivemos a flexão de *presidenta*, só rejeitada pelos puristas e reacionários. Portanto, a flexão de gênero é um fenômeno que ajuda a identificar uma das principais fragilidades do conceito de *deriva*. Como bem observou Labov, as teorias que propugnam uma tendência geral à simplificação ou à complexificação são desequilibradas e vão de encontro ao fato de que todas as línguas humanas têm mais ou menos o mesmo nível de complexidade estrutural. Ou seja, na história das línguas, temos mudanças em que se perde e em que se ganha substância gramatical, o que inclui obviamente o português. Na passagem do latim ao português não houve apenas mudanças que levaram a uma simplificação gramatical, um exemplo claro disso é a emergência dos artigos nas línguas românicas.

A análise da variação na concordância nominal de gênero em Helvécia evoluiu favoravelmente durante o meu doutorado, com os resultados da abordagem em tempo aparente apontando para uma mudança em progresso no sentido da consolidação do mecanismo da concordância na gramática da comunidade de fala em níveis praticamente categóricos. Ou seja, os resultados corroboravam a hipótese de que a variação na concordância de gênero tinha resultado do contato entre línguas no passado e agora estava desaparecendo em função do nivelamento linguístico, previsto no cenário da polarização sociolinguística do Brasil.

Porém, apesar da abertura e do desprendimento do meu orientador, é natural que um embate entre posições tão contrárias produza um nível grande de desgaste e tensão. Assim, nas vésperas da minha defesa, o Naro vira para mim e diz que iria se



pronunciar na minha defesa, registrando os pontos em que ele discordava da minha argumentação. Eu até ponderei: “mas, professor, pelo protocolo, o orientador não comenta a tese durante a defesa.” [risos]. Não teve jeito, o Naro ia falar contra. Imagine a situação. Quem defende uma tese já fica nervoso, tendo o apoio do seu orientador. Imagine você defender uma tese com o seu orientador argumentando contra!

Pois, bem, tomei um Lexotan e fui pra defesa. Foram quase sete horas de defesa! O Naro teceu suas considerações após todas as arguições. Eu não respondi. Ficou como um registro da posição dele. A banca saiu para deliberar, e o resultado: aprovado com distinção, por unanimidade, pela banca composta pelo Naro, Cecília Mollica, Dinah Callou, Rosa Virgínia Mattos e Silva e Ilza Ribeiro. Quero aproveitar para registrar minha dívida de gratidão, sobretudo com o Naro, mas também com a Dinah e a Cecília (que também compartilhavam da visão da deriva), por respeitarem e reconhecerem o mérito de uma posição contrária, mas que estava bem fundamentada.

Concluído o doutorado, voltei para a UFBA, em 2000, e criei o Projeto *Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia*. Não era apenas uma continuação do Projeto Vestígios, porque esse novo projeto compreendia três etapas. Além do estudo da linguagem das comunidades rurais afro-brasileiras; em uma segunda etapa, seria estudado o português popular do interior do Estado da Bahia; e numa terceira etapa, o português popular da capital, Salvador.

Com quase vinte anos de existência, o Vertentes constituiu um dos mais significativos acervos de fala vernácula do português popular do país, com quase duzentas horas de entrevistas sociolinguísticas gravadas e transcritas. Mais detalhes sobre o Projeto podem ser encontrados na página [www.vertentes.ufba.br](http://www.vertentes.ufba.br). Foram produzidas também dez teses de doutorado (e outras duas estão em andamento atualmente) e 22 dissertações de mestrados (há também outras duas em andamento), além de 45 pesquisas de iniciação científica. O Projeto Vertentes também serviu como modelo para vários outros projetos de pesquisa, desenvolvidos em Feira de Santana (na UEFS), em Vitória da Conquista (na UESB) e em Jequié (também na UESB), entre outros.

Um conjunto expressivo de estudos sobre a linguagem das quatro comunidades rurais afro-brasileiras estudadas pelo Vertentes foi publicado no livro *O Português Afro-Brasileiro* (EDUFBA, 2009). O livro também está disponível no portal *Scielo Books*: <http://books.scielo.org/id/p5>. Posso dizer que a publicação desse livro foi um marco, e contribuiu decisivamente para alterar a visão que se tinha sobre a história sociolinguística do Brasil e colocar a questão do contato na agenda da pesquisa da Linguística Histórica, apesar de Naro e Scherre terem publicado o livro *Origens do Português Brasileiro*, pela Parábola, no ano de 2007, no qual reuniram uma série de artigos em que defendiam a hipótese da deriva.

*O Português Afro-Brasileiro* foi lançado no ROSAE – I Congresso Internacional de Linguística Histórica, realizado em Salvador, em homenagem à querida e saudosa Rosa Virgínia Mattos e Silva. Nesse grande evento, foi organizada uma mesa-redonda que reunia o Naro, a Marta Scherre e eu. Até então, até por respeito ao Naro, eu evitara publicar críticas mais diretas à hipótese da deriva. Porém, achei que tinha chegado o momento. Vou tentar apresentar aqui, de forma bem simplificada, um dos principais argumentos que empreguei na discussão que travamos nessa mesa. Na verdade, trata-se de um contra-argumento. Naro recorrera a um princípio clássico da ciência para a avaliação de hipóteses contrárias, referido muitas vezes com a metáfora da *Navalha de Ockham*. Segundo esse princípio, a melhor hipótese é a teoricamente mais simples, ou seja, a que depende menos de construtos teóricos abstratos. Naro argumentara que hipótese da deriva era a mais simples, tornando a hipótese crioula uma “excrecência teórica”, já que todas as mudanças alegadamente crioulas já estavam embutidas na deriva secular da língua portuguesa. Eu contra-arguntei, com base na própria afirmação de Naro e Scherre de que a pidginização teria sido quase endêmica no Brasil colonial. Mesmo que essa afirmação não seja precisa, é inegável que a aquisição do português como segunda língua foi maciça nos primeiros séculos da história do Brasil. Ora, é consensual na Linguística contemporânea que aquisição de segunda língua nessas situações tem como resultado imediato a simplificação morfológica. Portanto, se Naro e Scherre reconheciam a “pidginização” do português no Brasil colonial, a excrecência teórica era exatamente a deriva, por ser um construto teórico desnecessário para explicar a simplificação morfológica, cuja relação empírica é muito mais direta com a aquisição assistemática de segunda

língua. Esse argumento teve um impacto muito grande na plateia do debate, que era muito grande e qualificada, com a presença de destacados nomes da Linguística, como o Carlos Alberto Faraco e o Henrique Monteagudo. O Marcos Bagno, que estava presente, chegou a se pronunciar publicamente, declarando que não compartilhava mais da hipótese da deriva, em face de suas fragilidades. Eu também chamei a atenção para processos de simplificação morfológica no português popular brasileiro, que Naro e Scherre não conseguiram encontrar em sua ampla pesquisa no português europeu. Assim, não há qualquer evidência empírica de construções como *tu vai* ou *nós trabalha* estejam embutidas na deriva da língua portuguesa. Além disso, eu demonstrei a fragilidade de sua hipótese de que a variação na concordância verbal e nominal teriam suas origens nas mudanças fônicas da desnasalização e perda do -s final, respectivamente; principalmente no caso do -s final, já que, para assumir uma deriva românica de perda do -s final, Naro e Scherre tiveram de recorrer a influências do substrato na evolução do latim; ou seja, para salvar a deriva, eles tinham de recorrer a uma hipótese de contato! Toda essa crítica, eu publiquei no livro do ROSAE, publicado pela EDUFBA, em 2012, que está disponível em <https://www.prohpor.org/coletanea-2012>.

Embora seja conhecido como um grande polemista, Naro nunca respondeu a essas críticas, e ele e a Marta nunca mais publicaram qualquer artigo defendendo a hipótese da deriva. É aquela história, para bom entendedor...

Quero dizer aqui, também muito honestamente, que o fato do Naro e da Marta terem defendido essa hipótese equivocada não diminui de maneira alguma a sua importância e o valor da sua contribuição para o desenvolvimento da pesquisa sociolinguística no Brasil. Além disso, é preciso separar o debate de ideias das relações pessoais. Infelizmente, a maioria das pessoas em nosso meio não veem as coisas dessa maneira, e se você faz uma crítica a uma formulação de um colega, ele toma isso como um ataque pessoal. Eu tenho muito orgulho de até hoje ser amigo pessoal do Naro, de frequentar a sua casa e de recebê-lo na minha. Inclusive, na noite seguinte ao nosso grande debate em Salvador, em 2009, ele estava jantando como convidado na minha casa.

Portanto, superar a hipótese da deriva não é uma vitória pessoal, é um passo importante para o avanço da pesquisa em Linguística Histórica no Brasil, é um ato coletivo, e não de um indivíduo. A ciência avança quando é capaz de substituir uma teoria por outra que explica melhor os fatos, com base na verificação empírica e na argumentação lógica mais consistente. Não ser capaz de decidir entre duas hipóteses contrárias é um sinal claro de fragilidade de uma ciência. Infelizmente muitos colegas não têm essa consciência epistemológica e, mesmo atuando na pesquisa sobre a história linguística do Brasil, assumem uma posição de neutralidade ou de equidistância em relação a essa questão, achando até que essa é uma posição elegante ou madura. Sinceramente, eu penso que quem age assim não tem noção do que está fazendo. Um pesquisador tem a obrigação de se posicionar sobre as questões centrais de seu campo de investigação. E a questão do contato é central em relação à história linguística do Brasil.

Hoje, posso dizer que, ao contrário do que ocorria na década de 1990, a hipótese do contato é a mais aceita, e nomes importantes da linguística no Brasil, como Charlotte Galves, da Unicamp, e Esmeralda Negrão, da USP, estão buscando no contato entre línguas explicações para mudanças que aconteceram no português brasileiro.

Tenho a convicção de que toda a pesquisa empreendida no Projeto Vertentes foi decisiva para essa importante mudança na agenda da Linguística Histórica no Brasil. E quero aproveitar este momento para dividir isso com todos os meus orientandos de graduação e pós-graduação, que tornaram possível, com seu empenho, rigor e entusiasmo, tudo o que foi feito e continua a ser feito no Projeto Vertentes.

**REVEL – Entre os linguistas, temos a impressão de que a língua portuguesa está entre as mais bem documentadas e estudadas atualmente. Como a Linguística Histórica brasileira pode contribuir, daqui para frente, com a história e a descrição do português, em especial do português brasileiro? Em outras palavras, qual é a agenda de pesquisa da Linguística Histórica nacional para o séc. XXI?**

**DANTE** – Por um lado, estão as questões relativas ao contato, que eu já mencionei: explicar por que o português não se criou no Brasil e, a partir daí, identificar os reflexos do contato, particularmente nas variedades populares do PE. Essa frente de pesquisa é importante, não apenas para o conhecimento da história da língua no Brasil, ela contribui também para o avanço de uma teoria geral da mudança linguística, na medida em que ilumina as formas como as situações de contato linguístico massivo afetam a estrutura da gramática. Nesse sentido, uma generalização importante que já pode ser feita a partir das pesquisas empíricas já realizadas é que essas situações de contato geram variedades linguísticas morfológica e sintaticamente mais simples. O caso mais radical são as línguas pidgins e crioulas. Mas as línguas românicas podem ser vistas como um caso menos intenso desse processo, porque elas resultam, no geral, da aquisição do latim como segunda língua pelas populações romanizadas, com a nativização dessa variedade de segunda entre os seus descendentes, o que denominamos com o termo geral de *transmissão linguística irregular* (TLI), em oposição à situação mais geral em que as crianças adquirem sua língua materna ouvindo a língua materna dos adultos que as cercam. Enquanto a crioulição seria o caso mais radical de TLI, a formação das línguas românicas seria um caso mais leve, assim como a formação do português popular do Brasil.

Por outro lado, estão as mudanças na norma culta. Mas, mesmo nessa variedade, é possível identificar mudanças provenientes do contato que se difundiram para as classes mais altas. Esse poderia ser o caso da simplificação das orações relativas com antecedente, pois, na linguagem coloquial de todas as variedades do PB, praticamente só se produzem relativas com o relativizador neutro *que*, e uma pequena parcela com a palavra interrogativa *onde*. Com a perda dos pronomes relativos morfológica e sintaticamente marcados (*o qual, cujo, quem* etc), também se deixou de produzir as relativas com  *pied-piping*. Também seria o caso de escrutinar as mudanças que resultam de mudanças estruturais em cadeia. Um candidato a esse tipo de mudança é a redução do sujeito nulo no português culto, que resultaria da implementação do *você(s)* e do *a gente* como pronomes pessoais, o que reduziu a flexão verbal de pessoa e número.

No plano do que Rosa Virgínia chamava de Linguística Histórica no sentido lato, estaria a investigação das mudanças em progresso hoje nas diversas variedades do

PE. A equação da polarização sociolinguística do Brasil gera hipóteses que ainda não foram devidamente esgotadas pelas investigações empíricas. A hipótese geral é a de que a norma culta estaria se afastando da norma padrão. Ou seja, a variedade de língua usada pelas pessoas altamente escolarizadas estaria se afastando do que prescrevem as gramáticas normativas tradicionais. Essa é uma frente de investigação interessante, que começou lá trás com o Projeto NURC, mas não teve ainda os devidos desdobramentos. Um desdobramento crucial, na minha opinião, seria o enfrentamento por parte da comunidade de linguistas no Brasil, da questão da atualização da norma padrão brasileira. Para além de seus efeitos práticos, esse debate seria estratégico para romper o isolamento da Linguística, que talvez seja das ciências humanas a que menos consegue dialogar com a sociedade, que no geral só reconhece a expertise dos gramáticos em relação à língua.

Há uma infinidade de outras frentes, em áreas diferentes da que eu atuo, como as mudanças de longa duração, as tradições discursivas, as mudanças fônicas, inclusive as produzidas pelo contato. A relação entre o contato e o sistema fonológico das línguas é muito menos conhecida do que as alterações na morfossintaxe. No Vertentes, nós nos concentramos durante muito tempo, nas mudanças morfossintáticas, mas recentemente têm surgido investigações no nível fônico da língua, o que é muito interessante. O campo da Linguística História é tão amplo quanto fascinante, de modo que são muitas as frentes de investigação empírica e reflexão teórica.

**ReVEL – Dante, costumamos finalizar as entrevistas da ReVEL pedindo sugestões bibliográficas ao nosso entrevistado. Então, como uma autoridade na área, você poderia indicar para nossos leitores alguns textos pioneiros e atuais sobre a história do português brasileiro?**

**DANTE** – Para além dos textos que já citei ao longo da entrevista, eu poderia citar, sobretudo como manuais mais acessíveis de introdução a esse campo de estudo, *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos*, do Rodolfo Ilari e do Renato Basso, publicado pela Contexto, em 2009; a *História concisa da língua portuguesa*, do Renato Basso e do Rodrigo Tadeu Gonçalves (Vozes, 2014). Temos o

importante *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*, da Rosa Virgínia Mattos e Silva (Parábola, 2004). *O português brasileiro: formação e contrastes* (Globo, 2008), do pesquisador alemão Volker Noll, que reúne uma massa impressionante de dados, embora as interpretações do seu autor não sejam sempre muito felizes.

Um manual pioneiro foi o do Fernando Tarallo, *Tempos Linguísticos* (Ática, 1990), mas não creio que esteja mais disponível. Há também os clássicos: *História da Língua Portuguesa*, do Serafim da Silva Neto (eu tenho a 5ª edição da Editora Presença do Rio de Janeiro, de 1988), e a *História da Língua Portuguesa*, do Paul Teyssier (Martins Fontes, 2001). Uma coletânea importante foi organizada na Bahia pelas queridas Suzana Cardoso, Jacyra Mota e Rosa Virgínia Mattos e Silva, com título *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*, mas só publicada no ano de 2006. Outra coletânea interessante foi publicada pela Fundação Casa de Rui Barbosa, em 2008, com o título de *História Social da Língua Nacional*. Organizada pela Ivana Stolze Lima e pela Laura do Carmo, essa coletânea é interessante porque reúne trabalhos de linguistas e historiadores. Há um segundo volume, dedicado à diáspora africana, publicada pela Nau Editora, em 2014. Nessa linha de coletâneas mais temáticas focalizando a relação entre o português e as línguas africanas e indígenas, nós teríamos: *África no Brasil*, organizada pelo José Luiz Fiorin e pela Margarida Petter e publicada pela Contexto; *África-Brasil*, com organização da Charlotte Galves, Helder Garmes e Fernando Rosa Ribeiro (editora da UNICAMP, 2009), e *O português e o tupi no Brasil*, organizada por Volker Noll e Wolf Dietrich (Contexto, 2010). Um livro muito importante sobre a história linguística da Amazônia é *Rio Babel: a história das línguas da Amazônia*, do José Ribamar Bessa Freire (Atlântica, 2004). E mais recentemente saiu um livro de grande relevância, *História sociopolítica da língua portuguesa*, do Carlos Alberto Faraco (2014). Só espero não ter esquecido nenhum título importante...